



LISBON
SCHOOL OF
ECONOMICS &
MANAGEMENT
UNIVERSIDADE DE LISBOA

MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO E COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

Trabalho Final de Mestrado

Dissertação

**O contributo da conta *Bankita* para a Educação
Financeira e Empoderamento da Mulher Luandense
de baixo rendimento**

Ana Ginga Domingos Júnior

Lisboa, 2020



LISBON
SCHOOL OF
ECONOMICS &
MANAGEMENT
UNIVERSIDADE DE LISBOA

MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO E COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

Trabalho Final de Mestrado

Dissertação

O Contributo da conta *Bankita* para a Educação Financeira e Empoderamento da Mulher Luandense de baixo rendimento

Ana Ginga Domingos Júnior

Orientação:

Professora Doutora Sónia Infante Frias Piepoli

Lisboa, 2020

Agradecimentos

A Deus por toda a força que me deu nos momentos baixos e altos da realização deste trabalho.

Aos meus pais, por intermédio dos quais vou conhecendo este mundo.

À Prof. Dra. Sónia Frias pelo apoio incondicional e por toda a paciência tida ao longo da execução desta dissertação (conselhos e correções).

À Prof. Dra. Joana Pinto Leite, pela força dada desde o início e por toda a bibliografia indicada, que me ajudou a entender melhor o que devia ser feito.

A todos os professores do MDCI, por todos os conhecimentos transmitidos, que permitiram a concretização deste trabalho.

A todos aqueles aqui não mencionados, mas que contribuíram direta ou indiretamente para que esta dissertação fosse concretizada.

Resumo

Dado que existe muita população de baixo rendimento sem conta bancária em Angola, o Banco Nacional de Angola (BNA) criou em 2011 a conta *Bankita*. Esta é uma conta com condições favoráveis, destinada a essa população menos abastada e com maior dificuldade financeira. Por meio da *Bankita*, homens e mulheres com baixos rendimentos podem ter a oportunidade de se vincular ao banco. Sendo o nosso interesse trabalhar questões relacionadas com a educação financeira das mulheres com baixo rendimento, pensámos encontrar essa oportunidade na conta *Bankita*, uma vez que o seu objectivo principal é o de dotar a população visada, de conhecimentos úteis e suficientes, ainda que básicos, de gestão do dinheiro, isto para além de a sensibilizar para a importância de melhores conhecimentos sobre os serviços financeiros.

Para além da documentação a que pudemos ter acesso, e que se mostrou insuficiente para a realização deste estudo, entendeu-se realizar uma pesquisa no terreno, a fim de complementar conhecimento. Nesse processo, além da realização de observação não participante, foram efetuados vários contatos e aplicadas entrevistas de tipo semiestruturada a três amostras populacionais diferentes, concretamente: a funcionários dos bancos; a mulheres com conta *Bankita*; e mulheres sem conta *Bankita*. A pesquisa teve lugar na cidade de Luanda, e deu pistas sobre a utilização e possibilidades da conta *Bankita* que, ao que tudo indica, poderá vir, a médio e a longo prazo, a aumentar realmente a competência e a capacidade financeira das mulheres em estudo.

Palavras-Chaves: Educação Financeira, Conta *Bankita*, Empoderamento, Mulher de Baixo Rendimento, Luanda.

Abstract

Given that there is a large low income population without bank account in Angola, the National Bank of Angola (BNA) created in 2011 the *Bankita* account. This is an account with favorable conditions, aimed at this less affluent population and with greater financial difficulty. Through *Bankita*, low-income men and women may have the opportunity to link to the bank. As we are interested in working on issues related to the financial education of low-income women, we thought we would find this opportunity in the *Bankita* account, as its main objective is to provide the target population with useful and sufficient, but basic knowledge, money management, as well as raising awareness of the importance of knowing about financial services.

In addition to the documentation to which we could have access, and which proved to be insufficient for this study, it was intended to conduct a field research in order to complement knowledge. In this process, besides the non-participant observation, several contacts were made and semi-structured interviews were applied to three different population samples, namely: bank employees; to women with *Bankita* account; and countless women *Bankita*. The survey took place in the city of Luanda, and the results lead us to consider that *Bankita* may, in the medium and long term, really increase the competence and financial capacity of the women under study.

Keywords: Financial Education, *Bankita* Account, Empowerment, Low Income Women, Luanda.

Siglas

AFI – Alliance for Financial Inclusion

BM – Banco Mundial

BNA – Banco Nacional de Angola

CEDAW – Convention on the Elimination of all Forms of Women Discrimination

CFI – Center For Financial Inclusion

FMI – Fundo Monetário Internacional

INE – Instituto Nacional de Estatística

IPAD – Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

OCDE – Organização para Cooperação e Desenvolvimento Económico

ONU – Organização das Nações Unidas

ODS – Objetivo de Desenvolvimento Sustentável

PMD – Países Menos Desenvolvidos

PND – Plano Nacional de Desenvolvimento

ROSCAS's – Rotating Savings and Credit Associations

SADC – Southern African Development Community

UA – União Africana

UNDP – United Nations Development Programme

Índice

Agradecimentos	3
Resumo	4
Abstract	5
Siglas	6
Introdução	1
Capítulo I – Breve leitura teórica sobre o empoderamento das mulheres	4
1.1 O Empoderamento como instrumento para o desenvolvimento	4
1.2. A importância da Educação Financeira para os mais pobres	7
1.3 Educação Financeira: a realidade em Angola	9
1.4 Angola e as fragilidades ao nível do desenvolvimento e educação	12
Capítulo II - O Sistema Bancário em Angola e a Conta <i>Bankita</i>	16
2.1 A Evolução do Sistema Bancário	16
2.2 A Conta <i>Bankita</i> : um estímulo à educação financeira e ao empoderamento	18
2.3 Características da conta <i>Bankita</i>	18
2.4 Estratégias de captação de cliente para a conta <i>Bankita</i>	20
Capítulo III - Contextualização metodológica e estudo empírico	23
3.1 As escolhas metodológicas	23
3.2. O que nos dizem os dados	25
3.2.1 O que dizem os funcionários bancários entrevistados?	26
3.2.2 O que dizem os dados relativamente às mulheres com conta <i>Bankita</i> ?	28
3.2.3 E o que dizem as mulheres sem conta <i>Bankita</i> ?	30
3.3 Breve discussão dos resultados	31
Considerações finais	34
Bibliografia	36
Webgrafia	39
Anexos	45
Anexo I – Guião da Entrevista dos colaboradores de instituições bancárias	46
Anexo II - Guião da Entrevista – Mulheres com conta <i>Bankita</i> em Luanda	47
Anexo III – Guião da Entrevista – Mulheres sem conta <i>Bankita</i> em Luanda	48
Anexo IV - Breve perspetiva das Instituições Internacionais sobre a Educação Financeira nos PMD	49
Anexo - V - Evolução da conta <i>bankita</i> por províncias em percentagem	50
ANEXO VI – Modelo Institucional de Literacia Financeira nos PMD	51

Introdução

A presente dissertação é requerimento para a conclusão do Mestrado em Desenvolvimento e Cooperação Internacional. O trabalho que desenvolvemos inscreve-se mais especificamente no quadro das questões do Desenvolvimento embora não negligencie a Cooperação Internacional, expressa sobretudo nos programas e orientações e mesmo nos apoios que vários organismos internacionais, nomeadamente as Nações Unidas e o Banco Mundial (e outros), desenvolvem com vista à mudança nos países e regiões que apoiam.

A nossa escolha foi a de estudar a conta *Bankita*, um produto bancário criado em Angola pelo BNA e comprometido com a inclusão financeira das populações mais pobres. Esta opção resulta do entendimento do desenvolvimento em larga medida como um processo de mudança, dinâmico e complexo. A conta *Bankita* é, consideramos, um pequeno instrumento que visa a mudança, nomeadamente a melhoria de vida de indivíduos e famílias pobres, para além de se dever constituir também num vetor de educação e inclusão financeira.

Esta pesquisa foi realizada com o propósito específico de contribuir para uma avaliação da conta *Bankita* no período de 2011 a 2015 enquanto instrumento útil para o empoderamento da mulher de baixa renda em Luanda. A conta *Bankita* insere-se no contexto de implementação do programa de educação financeira lançado pelo BNA, para facilitar a inclusão financeira da população desfavorecida. Esta ação liga-se com a questão do empoderamento e do desenvolvimento da mulher enquanto desafios atuais no mundo, (Cornwall & Brock, 2005).

O tema parece-nos relevante como questão de estudo no âmbito deste mestrado, e afigura-se oportuno, tendo em conta o apelo a nível global para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), que estabelecem, nos objetivos cinco e dez, a ambição de se elevar o empoderamento da mulher até 2030, (UNDP - HDR, 2016). Em África, é proposta da União Africana que, até 2063, se atinja o crescimento sustentável, sendo que a questão do empoderamento da mulher se enquadra dentro desta lógica (U.A., 2015). Um dos objetivos do plano estratégico indicativo de desenvolvimento regional, da *Southern African Development Community (SADC)*, de

que Angola faz parte, é assegurar o empoderamento da mulher em todos os estados membros.¹ No que lhe concerne o governo angolano, definiu diretrizes no seu Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), que passam pela implementação de estratégias que visam emancipar a mulher na esfera política, económica e social, apesar dos desafios que ainda existem neste domínio, (PND, 2013-2017).

Dado este alinhamento de ideias, tomámos como objeto do nosso estudo a conta *Bankita*, uma conta pensada para o empoderamento de uma população ativa de baixa renda onde se inclui um largo segmento das mulheres, nomeadamente de Luanda, cidade onde realizámos a nossa pesquisa. Tivemos em conta os relatórios de estabilidade financeira do BNA de 2012 a 2015 que demonstram que, apesar das muitas diligências para captar esse público, a mulher é ainda o segmento menos representado nas contas *Bankita*, não obstante as vantajosas condições de acesso.

Consideramos importante conhecer melhor as possibilidades que a adesão à conta *Bankita* pode abrir às mulheres, pelo que definimos a seguinte Pergunta de Partida para a nossa pesquisa: Em que medida o produto financeiro *Bankita* pode contribuir para a educação financeira e o empoderamento da mulher de baixo rendimento em Luanda?

Temos como objetivo principal averiguar se a conta *Bankita* trouxe alteração significativa à vida económica das mulheres de baixo rendimento que a ela aderiram. Sendo objetivos secundários: i) averiguar o perfil das mulheres que em Luanda mais adere à conta *Bankita*; ii) compreender o que levou essas mulheres a aderir à conta; iii) compreender se essas mulheres consideram que a *Bankita* contribuiu para um aumento da sua educação financeira; iv) perceber se a conta *Bankita* contribuiu para o empoderamento dessas mulheres.

Importa sublinhar que Angola colabora com as instituições internacionais, interessadas na educação e inclusão financeira das populações (incluídas as mulheres), e tornou-se membro da *Alliance for Financial Inclusion (AFI)* em 2011, que congrega a maior parte dos países em desenvolvimento, interessados em alcançar e consolidar a

¹ O referido plano regional, procura funcionar alinhado ao plano nacional dos estados membros. Disponível em: <https://www.sadc.int/issues/gender/women-economic-empowerment-programme/> acesso a 18.05.19.

inclusão financeira através de programas nacionais. Importa também não esquecer o facto de que é na cidade de Luanda que se encontra a maior parte da população que utiliza produtos financeiros (incluindo a conta *Bankita*).

Note-se que em Luanda é muito elevado, o número de mulheres pobres envolvidas em atividades económicas informais com vista a garantir a sobrevivência familiar. Dada esta realidade, consideramos que, se estas mulheres pudessem ganhar melhores conhecimentos na área financeira, talvez pudessem ser capazes de fazer escolhas mais adequadas e utilizar melhor alguns instrumentos financeiros e bancários, (Sen 2008, 192:193), o que as poderia ajudar a planificar melhor os seus trabalhos e a conhecer melhor diversos serviços, ganhando competências de vária ordem que contribuiriam para o seu empoderamento e melhoria de vida, face ao estado de pobreza em que vivem.

Importa referir que esta dissertação está dividida em três capítulos. No primeiro, faz-se uma breve leitura teórica sobre o empoderamento; no segundo capítulo referimo-nos ao sistema bancário em Angola e à conta *bankita*; no terceiro capítulo tratamos da contextualização metodológica a que se seguem os dados do estudo empírico. O trabalho termina com algumas considerações finais sobre os resultados do estudo.

Capítulo I – Breve leitura teórica sobre o empoderamento das mulheres

1.1 O Empoderamento como instrumento para o desenvolvimento

Segundo Trindade (2006), o desenvolvimento continua a constituir o grande desafio dos países africanos, incluindo Angola. Para Stiglitz (2013), a falta de desenvolvimento em vários países espelha o preço da crescente desigualdade que ainda persiste em todo o mundo. Sendo assim, os esforços para o seu alcance devem continuar porque o desenvolvimento pode conduzir à igualdade e à liberdade, sempre que a justiça social é praticada (Sen. 2009).

O conceito de empoderamento tem sido amplamente estudado, em especial nas últimas décadas, sendo trabalhado por vários autores (Ewerling, F. et al. 2017). Friedmann, autor de referência nesta matéria define o empoderamento como “todo o acréscimo de poder que, induzido ou conquistado, permite aos indivíduos ou unidades familiares aumentarem a eficácia do seu exercício de cidadania” (Friedman, 1996). Esta proposta reconhece a importância de se definirem estratégias que permitam aos indivíduos (onde incluímos a mulher) criar condições que ajudem no exercício da sua atividade, para garantir o sustento da família, a aumentar a sua autonomia e liberdade de ação da maneira mais segura.

Nesta linha, organismos como o Banco Mundial (BM), que têm trabalhado esta questão, definem o empoderamento como “o processo de melhorar a capacidade de um indivíduo, um grupo de fazer escolhas intencionais e transformar essas escolhas em ações e resultados desejados”. No Relatório de Desenvolvimento Mundial de 2012, o BM reconheceu que ampliar a capacidade e possibilidades das mulheres para tomarem decisões e aproveitar oportunidades é essencial para melhorar suas vidas e o mundo. Este relatório representa uma frente crítica. Lança luz importante sobre a natureza das restrições que as mulheres e raparigas continuam a enfrentar globalmente. Identifica oportunidades para uma transformação duradoura, intervenções em vários setores que incluem treino de competências para a vida, educação em saúde sexual e reprodutiva, transferências condicionadas de renda e orientação. O relatório destaca ainda o papel

vital que as tecnologias de informação e comunicação podem desempenhar na amplificação da voz das mulheres, na expansão de suas oportunidades económicas e de aprendizagem e na ampliação de suas visões e aspirações. Segundo Klugman et al. (2014), os objectivos do Grupo Banco Mundial para acabar com a pobreza extrema e aumentar a prosperidade compartilhada, exigem a participação plena e igual de mulheres e homens, meninas e meninos, de todo o mundo.

Enquanto parceiro de estados com debilidade de desenvolvimento, o BM sustenta a tese de que fortalecer o poder da mulher habilita-a a participar melhor na luta contra a pobreza, argumento também defendido por Sen (2008), quando refere que a mulher é um agente do bem-estar familiar e social sempre que lhe é dada essa oportunidade. Acrescenta ainda este autor que a ação da mulher consegue muitas vezes simplificar dificuldades com impacto social, económico e demográfico, pelo que se pode constituir desse modo num elemento diferenciador (no sentido positivo) na vida das famílias e das próprias comunidades. Entendimento idêntico encontramos em Frias (2006), que defende o empoderamento como um instrumento que pode ser transformador, dado implicar um processo de aprendizagens que podem melhorar a vida não apenas dos indivíduos, mas das próprias comunidades, nomeadamente daqueles/as em situações de grande pobreza ou exclusão.

Em contextos empobrecidos, as situações de vulnerabilidade em geral, mas sobretudo aquelas que afetam mais directamente a população feminina, têm vindo a suscitar diversos tipos de reações. Importa que destaquemos por exemplo, a Convenção das Nações Unidas para a Eliminação de todas as Formas de Discriminação Contra Mulheres (CEDAW)², um tratado adoptado pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 1979, onde se definem três princípios básicos para contrariar todo tipo de discriminação contra a mulher, procurando contribuir para que os países promovam os direitos das mulheres e assim, naturalmente, o seu empoderamento. Este tratado tem sido considerado por muitos autores como uma verdadeira Carta dos Direitos das Mulheres. Foi originalmente assinado por uma generalidade de países ainda que nem todos o tenham depois ratificado. Nele se propõem: i) a abolição da discriminação

² Convention on the elimination of all forms of discrimination against women. Disponível em: www.un.org/womenwatch/daw/cedaw/ acesso a 26.09.18

feminina; ii) o princípio da equidade de género; iii) a garantia de direitos e liberdades fundamentais para as mulheres.

Ainda no que respeita às questões sobre empoderamento e, logo, da valorização das mulheres, importa realçar o imenso valor do trabalho de Muhammad Yunus, no Bangladesh, que, por meio do *Grammeen Bank*, conseguiu provar ao mundo que os pobres não são apenas financiáveis, mas cumpridores (Yunus, 1999). Yunus (1999:89) considera que “se os objetivos do desenvolvimento económico incluem melhoria dos padrões de vida, remoção da pobreza, acesso ao emprego digno e redução da desigualdade, então é bastante natural começar com as mulheres”. Esta é claramente a filosofia dos trabalhos de Yunus com os projetos do microcrédito do *Grameen Bank*, o banco que assumiu uma solução institucional para diligenciar crédito à população mais pobre, tendo financiado desde o princípio uma maioria de mulheres. A repercursão dos efeitos dos empréstimos de microcréditos valeu a Yunus o reconhecimento internacional, tendo-lhe sido atribuído em 2006 o Prémio Nobel da Paz, não o Nobel da Economia, o que não deixa de implicar o reconhecimento de um trabalho social maior.

Em especial ao longo das últimas duas décadas, têm sido muitos os trabalhos e as instituições que se têm empenhado em ações pelo reconhecimento do valor da participação das mulheres na economia das famílias e das comunidades e por aí em defesa da elevação da qualidade de vida e empoderamento familiar e comunitário. No seu conjunto, estas iniciativas juntam-se aos esforços da ONU Mulher por meio do Pacto Global³, que na prática consiste numa chamada internacional aos Estados-membros da ONU, mas também na organização e movimentos de mulheres e agentes da sociedade civil, assim como instituições do sector privado, entre outros. O objectivo é o de se aliarem numa ação fundamental com vista à obtenção de resultados para a igualdade de género durante a década de ação das NU (2020-2030) com foco no alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, que nos seus princípios promovem a equidade de género e o empoderamento como direitos de que importa dotar as mulheres.

De entre os direitos de que importa dotar as mulheres, consideramos para este trabalho, o da educação financeira, que entendemos prioritária para as mulheres dos

³ Princípios de empoderamento da mulher. Disponível em: www.onumulheres.org.br/referencias/principios-de-empoderamento-das-mulheres/ acesso a 26.09.18

países em desenvolvimento, em especial para aquelas mulheres que residem em meio urbano e que fazem dos negócios informais a grande fonte de trabalho e rendimento que as auxilia à manutenção, e muitas vezes mesmo à sobrevivência das suas famílias, como acontece com as mulheres de Luanda, objecto do nosso estudo.

1.2. A importância da Educação Financeira para os mais pobres

Segundo a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), a necessidade de se investir na educação financeira é reconhecida a nível internacional⁴ e constitui um imperativo quer para os países desenvolvidos, quer para os emergentes, (OCDE, 2013). A OCDE define a educação financeira como:

“O processo pelo o qual os consumidores, investidores financeiros melhoram a sua compreensão dos produtos financeiros, conceitos e riscos financeiros, e por meio de informações, instruções e/ou conselhos objetivos desenvolvem habilidades e confiança para se tornarem mais conscientes dos riscos e oportunidades financeiras, fazer escolhas informadas, saber onde buscar ajuda e tomar outras ações efetivas para melhorar o seu bem-estar financeiro” OCDE (2005:26)

Esta proposta é abrangente, na medida em que articula elementos como: i) informação, ii) instrução e iii) conselhos. Permitimo-nos considerar estes elementos fundamentais para a missão da educação financeira, uma vez que, a serem bem explorados, podem atender a diversos tipos de públicos, permitindo a criação de competências e mesmo de oportunidades financeiras. Esta ideia sucede à proposta de Sebstad e Cohen (2003), que defendiam que a educação financeira pode desempenhar um papel importante na redução da pobreza nos países em desenvolvimento, pois dota os indivíduos de conhecimento e competências que lhes poderão permitir otimizar o uso de recursos e as oportunidades.

⁴ “*Universal Financial Access by 2020*”. Disponível em: <http://www.worldbank.org/en/topic/financialinclusion/brief/achieving-universal-financial-access-by-2020> acesso a 11.03.2019

Segundo a OCDE (2005), a importância deste assunto decorre do desenvolvimento do mercado financeiro e económico, das mudanças políticas, mas também do aumento da pressão demográfica e da economia informal em especial em contextos urbanos.

Mais recentemente, a comunidade internacional e académica tem vindo a defender um projeto global para a inclusão financeira, conforme às perspetivas de instituições internacionais como a *Alliance for Financial Inclusion (AFI)* que, enquanto líder mundial do projeto de inclusão financeira, instituiu em 2011 a Declaração de Maia, um fórum de políticas a desenvolver globalmente (veja-se anexo iv).

A maioria dos países emergentes e em desenvolvimento subscreveu esta Declaração, que tem como primeiro compromisso o trabalho no sentido do aumento da inclusão financeira.

Esta iniciativa resulta do fato de, em 2012, a AFI ter reconhecido existirem, na maior parte dos países em desenvolvimento, cerca de 2500 milhões de adultos sem conta bancária, (AFI, 2012). Este número diminuiu para 2000 milhões em 2014 (AFI, 2015), mas ainda assim Lavanya (2017) considerou manter-se baixa a inclusão financeira nos países pobres, dada a pouca informação sobre o assunto e a reduzida educação financeira dos indivíduos, pelo que propõe a difusão de ações informativas através dos médios. Já antes, Wachira e Kihiu (2012) tinham também sublinhado que um aumento da educação financeira ajudaria os indivíduos a tomarem decisões informadas sobre os serviços financeiros.

Importa que nos centremos em Angola. Note-se que em 2008 o Instituto Português de Ajuda ao Desenvolvimento (IPAD) defendia que a economia angolana era uma das economias em maior crescimento na África Subsariana. Acontece que não escapou às crises dos anos 2008 e 2014, que forçaram a ajustamentos no âmbito do seu sistema financeiro. Associado ao facto, denotou-se a necessidade de o país se abrir ao mundo, um processo complexo que implicou a abertura às transações financeiras internacionais, bem como o desenvolvimento da troca de bens e serviços impulsionados por efeito da globalização (Ocampo 2010).

Ainda assim, Angola, tal como muitos PMD, conseguiu resultados notáveis no tocante à literacia financeira (veja-se anexo V). Este dado pode dever-se, segundo Danns e Danns (2017), ao facto de estes países se terem empenhado e assumido as responsabilidades relativas às recomendações da Declaração de Maia, baseada num modelo institucional para a literacia financeira (veja-se anexo VI). A maioria dos estudos que pudemos encontrar debruçam-se contudo muito genericamente sobre esta questão. Mais especificamente sobre a educação financeira das mulheres, são ainda poucos os estudos dados à estampa, pelo que autores como Queralt et al. (2017) consideram que a agenda 2030 continua sem valorizar ações concretas direcionadas à educação financeira da mulher.

Dada a importância de se aumentar o conhecimento sobre a matéria, propomos trabalhar a educação financeira das mulheres na sua relação com produtos bancários ligando o tema ao seu empoderamento.⁵

O nosso estudo realizar-se-á em Luanda, onde, segundo o Censo de 2014, residiam cerca de 6 milhões de pessoas, e onde as actividades informais são parte importante da economia, e maioritariamente conduzidas por mulheres. Considerando-se as vantagens de se guardar o dinheiro no banco, faz-nos sentido tratar a questão da educação financeira junto da população feminina.

1.3 Educação Financeira: a realidade em Angola

Seguindo a linha orientadora da Declaração de Maia, que Angola subscreveu através do BNA,⁶ o país tem tentado criar condições para que os serviços financeiros se tornem acessíveis, com ênfase no empoderamento do consumidor como pilar dos esforços de inclusão financeira. Assim, por meio do programa de educação financeira, o BNA compreendeu a importância de se reforçar a capacidade de financiamento dos bancos (BNA, 2012) com vista a que estes possam auxiliar na dinamização da educação financeira, tal como defendem autores como Selvakumar et al. (2018).

⁵ Sobre esse aspeto, o *Center for Financial Inclusion (CFI)*, acrescenta que as pessoas devem ter escolhas ao seleccionar prestadores de serviços financeiros, e os provedores devem competir para atrair e reter clientes.

⁶ AFI Official Members. Disponível em: https://www.afi-global.org/sites/default/files/inline-files/AFI%20Official%20Members_09%20Oct%202018.pdf acesso a 29.10.18

Na prossecução dessa dinâmica, os bancos comerciais em Angola têm desempenhado um papel fundamental enquanto intermediários junto à população. Para além destes, outros parceiros da estrutura do governo também participam na implementação do programa, com destaque para o Ministério da Educação, com o qual o BNA celebrou um protocolo que visa a introdução de temas relacionados nos currículos escolares.

O programa existente em Angola assenta em quatro fases de execução, sendo que no período em estudo, apuraram-se as seguintes: i) atividades estruturantes e a introdução da conta *bankita* (2009-2010); ii) ações de sensibilização, o lançamento do portal do consumidor,⁷ (2011-2012); iii) dinamização do programa de educação financeira através da extensão da ação de sensibilização em campanhas (2013-2014); e iv) consolidação do processo de comunicação com a sociedade, incluindo a institucionalização da educação financeira no sistema de ensino.

A última ação remete-nos para Savoia et al. (2007), que entende que o papel das instituições de ensino é imprescindível na formação de uma cultura de poupança.

No caso de Angola, a parceria existente entre o BNA e o Ministério da Educação, desde 2015, acolhe a visão de que aprender na adolescência é mais-valia, e tem sido preponderante no sentido de se procurar elevar a literacia financeira dos estudantes, bem como a dos professores enquanto principais atores da transmissão desse conhecimento.

Contudo, e de acordo com Rogers et al. (2008), os efeitos da educação financeira em certos contextos são perversos, na medida em que os indivíduos, mesmo recebendo instrução, possuem limitações que afetam na tomada de decisões em termos de investimentos. Este facto requer então o desenho de abordagens complementares, dado que a educação financeira ainda não se estendeu a grande parte das mulheres em Luanda.

Importa então, como sugerem Garcia et al. (2014), que os bancos centrais estabeleçam uma comunicação interna e institucional, criem departamentos responsáveis pela ligação ao público a fim de darem a conhecer não apenas as funções

⁷ Atividades de campanha. Disponível em: <http://www.provedoriadocliente bancario.bna.ao> acesso a 12.03.19

dos bancos centrais mas alguns conceitos económicos básicos. Nesta perspetiva, o BNA em Angola, através do seu departamento de educação financeira, tem assumido a incumbência de criar iniciativas a fim de interagir com as outras instituições envolvidas, para o alcance daquele objetivo.

Apesar de existirem no período em estudo 30 bancos no território nacional, a participação no programa aconteceu de forma gradual. Note-se que em 2011, subscreveram o protocolo 9 bancos, em 2013, juntou-se mais 1, perfazendo este conjunto um total de 2 bancos públicos e 8 privados. Com vista ao desenvolvimento das atividades e projetos previstos pelo programa para atender segmentos específicos da população no sentido da promoção da literacia financeira, participaram também ainda em 2013, 2 bancos privados.

A falta de uma conta bancária, por efeitos de uma fraca educação financeira, leva a que as populações mais pobres, na maioria dos casos, guarde o dinheiro em casa (Banerjee & Duflo, 2008). Em Angola, essa prática também é a mais comum. As pessoas preferem correr riscos de roubo, catástrofes naturais e outros, em detrimento de guardar o dinheiro no banco fazendo uma poupança de médio e/ou longo prazo.

Como sublinham Sebstad e Cohen (2003), a educação financeira para a população pobre pode ter o efeito “*win-win*”, na medida em que a população ganha e as instituições financeiras também. Avaliar bem esse benefício mútuo é relevante e útil, para uma possível trajetória que Angola pode seguir no sentido da diversificação da economia. A implementação expressiva da educação financeira em diferentes níveis de ensino, bem como entre diversas franjas sociais poderia, consideramos, surtir resultados interessantes, nomeadamente o fortalecimento do sistema financeiro e da economia. Importa sublinhar também a importância da participação dos bancos comerciais neste processo da educação financeira.

Para compreendermos melhor o trabalho que neste domínio se tem procurado fazer em Angola, importa que não descuremos uma caracterização sucinta da situação por que o país passou nas últimas décadas, situação essa a que nos referiremos no ponto seguinte.

1.4 Angola e as fragilidades ao nível do desenvolvimento e educação

Angola viveu já no período pós-independência cerca de três décadas de instabilidade social, económica e política. De acordo com os resultados definitivos do Censo de 2014, divulgados em 2016, ficou evidente a existência de 52% de mulheres por comparação a 48% de homens em todo o território nacional. Pelo facto, entendemos ter sido oportuno para se materializar a agência feminina considerada mediadora da mudança económica e social (Sen, 2008). Registos históricos dão conta que o conflito armado criou constrangimentos em várias vertentes, gerou graves distorções sociais e económicas, fragilizou as instituições, e incapacitou o Estado a distribuir regularmente a renda e a riqueza à população (Roque, 1997). Esta conjuntura impediu também naturalmente a produção de políticas direccionadas à emancipação da mulher, no que toca à educação e a saúde (Pison 2015).

O alcance da paz, em 2002, trouxe esperanças de mudança, nomeadamente na dinâmica e evolução plena das instituições, que podiam fornecer um conjunto de incentivos para a reconstrução do país (North, 1991).⁸ Contudo, tal não aconteceu, tendo Ferreira (2005) descrito a situação de Angola como “paradoxo da insegurança do dividendo da paz”. Na verdade, as melhorias esperadas e conseguidas nos tempos de paz foram insuficientes para criar impacto na vida da população, que se agravou mais ainda recentemente, com a crise económica e financeira que se instalou desde 2014.

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) em Angola em 2011 era, segundo a ONU, de 0,486, e o Coeficiente de Gini era de 58.6. A situação melhorou ligeiramente em 2015, para um cenário de 0,533 de IDH e de Coeficiente de Gini em 42.7.

Um aspeto que mereceu atenção nos relatórios de 2011 e 2015 foi o registo, em 2011, da participação feminina enquanto força de trabalho (62.9%), que no entanto diminuiu (para 59.9%) em 2015. A participação dos homens nos mesmos períodos foi 77,1%, mantendo-se estancado em 2011 e 2015.

Este aspeto é de tal modo relevante que nos leva a considerar que, para que possa vir de facto a fazer diferença, há necessidade de se investir mais na educação da mulher.

⁸ Institutions. Disponível em: http://kysq.org/docs/North_91_Institutions.pdf acesso a 20.10.18

Registos do censo de 2014, enquadrados no período em estudo, davam conta da taxa de desemprego de 24,2% a nível nacional, sendo que, desse total, 23,6% eram homens e 24,9% eram mulheres. Luanda esteve na terceira posição, atrás das províncias da Lunda Sul e Norte, com uma taxa total de 33% (INE 2016).

De acordo com Ducados e Ferreira (1998), uma das alternativas para mitigar o desemprego feminino é a instituição do esquema da *kixikila*, um esquema informal de Associação Rotativa de Poupança e Crédito (ROSCA's). A *kixikila* é feita sobretudo pelas mulheres, através da criação de grupos de auto-ajuda financeira. Tem sido uma atividade que auxilia as mulheres, contribuindo para o combate à pobreza das famílias. Isto fica mais evidente nas palavras de Maria (2015), quando sublinha que as diferenças sociais no país mantêm-se na situação social e económica por falta de políticas coesas, embora o autor reconheça ter havido algumas mudanças e alguns resultados visíveis.

No que respeita às questões sobre a educação, tem-se apelado aos países em desenvolvimento para a realização de esforços que visam o aumento da escolaridade das mulheres. Segundo o Banco Mundial (1998:7), a aquisição de conhecimento, seja importado do exterior ou criado a nível interno, requer absorção na educação básica ainda que se deva considerar uma oportunidade para aprendizagem ao longo de toda a vida. No que respeita a Angola, fica evidente que a educação de base é fundamental e o mínimo que se pode disponibilizar às pessoas, por ser considerada um dos principais indicadores de desenvolvimento da população (McMahon, 2002).

Angola apresenta baixos níveis de escolaridade feminina, como demonstraremos adiante, e nesse campo muitas das dificuldades prendem-se com a falta de coordenação de um programa adequado, mas também com a falta de professores e a falta de escolas em número suficiente. Como nos diz Estêvão (2004), os investimentos devem ser canalizados dentro de uma lógica de transformação estrutural, enquanto auxílio do crescimento e do desenvolvimento económico, só dessa forma, consideramos, se poderiam promover melhor, as políticas de educação em Angola. No entanto, o que aconteceu foi que a estratégia seguida depois da paz não apostou o suficiente na educação, centrando-se no crescimento económico resultante de sucessivos anos de arrecadação de receitas do petróleo. Contudo, segundo Serrano e Neto (2018:40), “recentemente, o enfoque dos instrumentos de políticas públicas dirigidas à qualificação

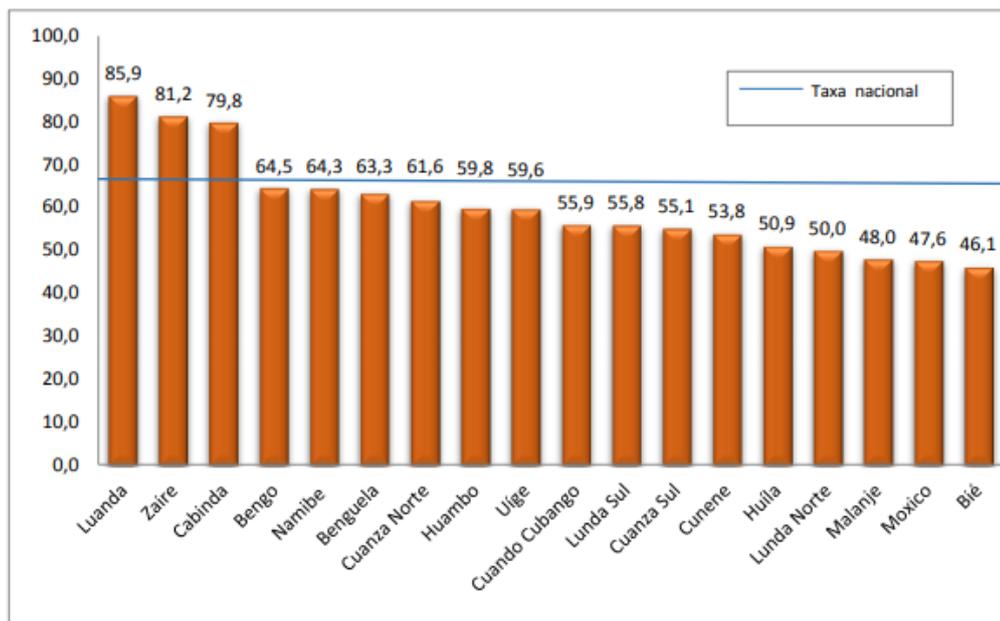
dos recursos humanos das empresas passou a abranger o incentivo ao recrutamento e contratação de recursos humanos com níveis elevados de qualificação académica”. Dessa forma Angola procura superar a prática de décadas em que optou pela contratação de quadros e assessoria externa, para mitigar a falta de quadros.

Foi este o contexto que levou o IPAD a considerar, em 2008, que o sistema de educação angolano era ineficaz e caracterizado por desigualdade de género, frequentado por 56,8% de meninos e 41,3% de meninas, havendo em 2003 somente dois terços de crianças com o ensino primário finalizado.

De acordo com os critérios do PNUD-ONU, o nível esperado de escolaridade de um país deve situar-se acima dos 12 anos. Em Angola, os dados referem que até 2011, a média da escolarização da população se situava nos 4.4 anos, numa expectativa prevista de 9.1 anos. Em 2015, não houve alterações significativas a esta situação, pois a escolaridade passou a 5.0 anos, numa expectativa de 11.4 (ONU 2011; 2016).

Dados do censo de 2014 espelharam uma panorâmica da situação angolana como se pode observar no gráfico 1:

Gráfico 1. Taxa de alfabetismo da população de 15 anos ou mais que sabe ler e escrever



Fonte: INE (2016)

Note-se que a província de Luanda é a que apresenta maior taxa da população com 15 anos ou mais, que sabe ler e escrever. Isto deve-se claramente ao facto de na cidade existir mais população e mais estruturas de ensino disponíveis. Quanto ao nível de escolaridade da mulher, os dados estatísticos apontam uma taxa de alfabetização a nível nacional de 53% face a 80% para os homens. A faixa etária mais privilegiada é a dos 15-24 anos, sendo que, nos dois casos, a maior concentração foi verificada nas zonas urbanas (INE, 2016).

Ainda segundo o Censo, 13% da população no país completou o II ciclo do ensino secundário, com predominância da faixa etária dos 18-24 anos, ao passo que o ensino superior completo é dominado pela faixa etária dos 25-64, com 2,8% (INE, 2016). Outro dado a referir é que 68% das mulheres na faixa dos 5-18 anos ficaram fora do sistema de ensino, sendo que para a mesma faixa etária 54,7% dos homens também ficaram de fora. A nível nacional, 1,9% da população feminina e 3,2% masculina completaram o ensino superior, sendo Luanda a liderar no total (homens-mulheres) com 5,4%.

De um modo geral, e de acordo com os programas e relatórios dos organismos internacionais anteriormente referidos, uma aposta na educação feminina resultaria em externalidade positiva, sendo que um dos ganhos seria, como defendem Blackden, Mark. et al. (2007), a promoção da educação das gerações vindouras.

Capítulo II - O Sistema Bancário em Angola e a Conta *Bankita*

2.1 A Evolução do Sistema Bancário

O sistema bancário angolano funcionou com aproximadamente 30 instituições autorizadas, no período em estudo (BNA, 2018). Contudo, consideramos importante referir o histórico da sua evolução desde 1991, conforme ilustra a Tabela I:

Tabela I - Instituições Financeiras Bancárias autorizadas

Nº	Sigla	Designação	Capital	Início de Atividade
1	BPC	Banco de Poupaça e Crédito, S.A.R.L	Público	1991
2	BCI	Banco de Comércio e Indústria, S.A.R.L	Público	1991
3	BCA	Banco Comercial Angolano S.A.R.L	Privado Nacional	1996
4	BAI	Banco Angolano de Investimento, S.A	Privado Nacional	1996
5	BSOL	Banco Sol, S.A	Privado Nacional	2000
6	BE	Banco Económico, S.A	Privado Nacional	2001
7	BFA	Banco Fomento Angola	Privado Nacional	2002
8	BCGA	Banco Caixa Geral Angola, S.A	Privado Nacional	2002
9	BKEVE	Banco Keve, S.A	Privado Nacional	2003
10	BMF	Banco Bai Microfinanças, S.A	Privado Nacional	2003
11	BIC	Banco BIC, S.A	Privado Nacional	2005
12	BNI	Banco de Negócio Internacional, S.A	Privado Nacional	2005
13	BDA	Banco de Desenvolvimento de Angola, S.A	Público	2006
14	BMA	Banco Millennium Atlântico	Privado Nacional	2006
15	BANC+	Banco Angolano de Negócio e Comércio, S.A	Privado Nacional	2006
16	VTB	Banco VTB África, S.A	Privado Estrangeiro	2006
17	FNB	Finibanco Angola	Privado Estrangeiro	2007
18	BKI	Banco Kwanza Investimento, S.A	Privado Nacional	2007
19	BCH	Banco Comercial do Huambo, S.A	Privado Nacional	2009
20	SBA	Standard Banco Angola, S.A	Privado Estrangeiro	2009
21	BVB	Banco Valor, S.A	Privado Estrangeiro	2010
22	YETU	Banco Yetu, S.A	Privado Nacional	2013
23	BPG	Banco Prestígio, S.A	Privado Nacional	2013
24	SCBA	Standard Chartered Bank de Angola	Privado Estrangeiro	2013
25	BIR	Banco de Investimento Rural	Privado Nacional	2013
26	BCS	Banco de Crédito do Sul, S.A	Privado Nacional	2015
27	BM	Banco Mais+	Privado Nacional	2015
28	BPT	Banco Postal +	Privado Nacional	2017
29	BOCLB	Banco da China, Lda - Sucursal em Luanda, S.A	Privado Estrangeiro	2017
30	ECOBANK*	Ecobank de Angola	Privado Estrangeiro	...
* Banco autorizado a funcionar, mas ainda não inciou funções				
+ Bancos com licença de funcionamento revogada desde janeiro 2019				
12 Bancos comprometidos com a comercialização da <i>Bankita</i>				

Fonte: BNA – elaboração da autora

O fim do conflito armado marcou o início do crescimento do setor bancário em Angola. Este setor, segundo Ferreira e Oliveira (2018), cresceu, impulsionado pelo principal produto de exportação, o petróleo, assente numa articulação com o sistema financeiro internacional, seguindo uma orientação interna que visava responder à procura.

Toda essa dinâmica ocorre a luz da lei de base das instituições financeiras em Angola (Lei nº 12/15), que atribui a supervisão do sistema bancário ao BNA. O quadro evoluiu a partir de 2002, sendo que, no período de 2010 a 2015, registou-se a entrada de sete instituições no sistema bancário, e, nos anos subsequentes, foram entrando outras. Este é um indicador da existência de instituições e estruturas, para se concretizar a inclusão financeira a nível nacional (e em Luanda em particular).

Feitio (2017) concluiu que, apesar do aumento significativo do número de bancos comerciais em Angola, a atividade bancária confinou-se a apenas cinco bancos (BPC, BFA, BE, BAI e BIC) continuando atualmente a apresentar uma taxa de adesão baixa.

Este facto pode indicar ineficiência na implementação do programa de educação financeira entre a população e consideramos um aspeto que pode eventualmente ter concorrido para o nível baixo de adesão ao sistema bancário registado em 2015, em 52,79%, no qual a conta *Bankita* contribuiu apenas 4,89%, (BNA 2017).

Apesar do crescimento notório do setor bancário, o mesmo não foi suficientemente direcionado para o segmento feminino enquanto público-alvo. Isso só veio a conseguir-se em 2012 (BNA 2012). Todavia, o BNA reconheceu a situação e tem procurado estratégias favoráveis para capacitar a mulher. A parceria com o Ministério da Educação⁹ foi uma delas, tal como o produto *Bankita* que apresentaremos de seguida.

⁹ BNA e Ministério da Educação ensinam estudantes a poupar e a gerir dinheiro. Disponível em: <http://expansao.co.ao/artigo/58578/bna-e-ministerio-da-educacao-ensinam-estudantes-a-poupar-e-a-gerir-dinheiro> acesso a 28.10.18

2.2 A Conta *Bankita*: um estímulo à educação financeira e ao empoderamento

Segundo Vasconcelos (2018:87), a conta bancária “ é um registo, organizado numa base pessoal (...) assenta num contrato entre o banco e o cliente, celebrado mediante o recurso a cláusulas contratuais gerais que (...) funda a relação bancária entre as partes”. A conta *Bankita* inscreve-se nestes princípios embora se dirija especialmente a um segmento demográfico de baixa renda.

O BNA introduziu a *Bankita*, também por compreender que, na senda de Yunus, a população de baixa renda pode ser financiável, sendo que a partir da conta *Bankita* tenta conquistar esse público para o sistema financeiro formal.

Para Cordeiro (2018:298), “a diversificação dos produtos financeiros disponibilizados pela banca corresponde a uma estratégia ligada ao alargamento dos segmentos-alvo”. Desta forma, como afirma o autor, estas iniciativas também respondem ao objetivo dos bancos que comercializam o produto, uma vez que contribuem para o aumento da sua base de clientes.

Mas os produtos financeiros também são fontes de arrecadação de receitas (Madaleno et al., 2019) e, como veremos adiante, a conta *Bankita* permitiu a aquisição de receitas, a partir de depósitos da população.

A conta *Bankita* filia-se no vasto conjunto de soluções estratégicas procuradas por muitos países africanos, incluindo Angola, caracterizados pela existência de um forte setor informal (Fuso, 2015). Na prática, dá suporte aos cidadãos em situação de desemprego, para desenvolverem atividades que incentivam a circulação monetária “em mão”.

A estratégia do regulador com a implementação da conta *Bankita* é pois também a de desencorajar o fluxo de dinheiro “em mão”.

2.3 Características da conta *Bankita*

A conta *Bankita*, no âmbito do BNA, apresenta características específicas, conforme mostra a Tabela II.

Tabela II – Características da conta *Bankita*

Natureza da Conta	Valor Mínimo	Contravalor em Euros	Valor Máximo	Contravalor Euros	Vantagens	Desvantagens	Condições de Abertura
<i>Bankita</i> à Ordem	Akz. 100.00	0,28	Akz. 100.000.00	282,00	Cartão de multibanco	Não permite fazer operações cambiais nem transferências ao exterior	Documento de identificação válido
					Não cobra despesas de manutenção	Não atribui cheques	Valor mínimo de abertura
					Sem custos em operações de levantamento	Limite máximo do valor na conta	Fotografia
							Preencher o formulário do banco
<i>Bankita</i> Poupança	Akz. 1000.00	2,8	Akz. 250.000.00	705,00	Poupança com a taxa de juros de 12%	Limite máximo do valor na conta	Ser titular de uma conta <i>Bankita</i> à ordem
					O depósito pode ser mobilizado sem notificação prévia e sem qualquer penalização		

Fonte: dados BNA – elaboração da autora

Da leitura da tabela, pode compreender-se que a *Bankita*, lançada para aliviar o peso da abertura de uma conta bancária aos cidadãos de baixa e média renda, é na verdade uma conta “à medida” do público para que foi pensada. Constitui-se a partir de um montante relativamente baixo, não tem despesas de manutenção, mas sobretudo dá acesso a um cartão multibanco, o que também no mundo em desenvolvimento é hoje muito importante a vários níveis, nomeadamente ao da segurança contra furtos.

Prevê-se que, quando cada conta exceda o valor estabelecido como limite de depósitos, passe a conta convencional, o que significa deixar de ser *Bankita*. Segundo o BNA (2017), essa migração é um indicador de vinculação efetiva do cliente ao sistema financeiro e, consideramos, poderá contribuir a prazo para reduzir a informalidade do mercado.

O facto de a conta *Bankita* não permitir efetuar pagamentos ao exterior, realizar operações cambiais e acesso a cheques, também pode incentivar o cliente, no caso de excesso do valor na conta *Bankita*, a passar para uma conta normal. Isso possibilita o acesso a outros produtos e serviços, sujeitos a cobrança de despesas de manutenção,

facto que também pode indicar/contribuir para a vinculação efetiva do cliente ao sistema financeiro.

2.4 Estratégias de captação de cliente para a conta *Bankita*

A conta *Bankita* passou à fase de implementação, como já se referiu, com base no protocolo celebrado entre o BNA e os 12 bancos comerciais. Isso significa que é aos bancos comerciais que a população deve recorrer para ter uma conta *Bankita*.

De acordo com o BNA, para que a conta tenha o sucesso esperado, importa investir em estratégias para captação de clientes. Nessa linha, foi dada grande ênfase ao atendimento ao cliente, preparando-se os funcionários dos bancos para esse objectivo.

O plano de atendimento exige assim que:

- A informação seja clara e objectiva;
- Se evite a assimetria de informação (que existe quando esta não é bem transmitida)

Considera-se que esta assimetria pode conduzir o cliente a opções inadequadas e corromper os reais objetivos da conta.

A ação dos bancos para atrair o cliente visa, paralelamente, promover a educação financeira do cliente. Segundo Nepomuceno (2008:64), “a apresentação de produtos financeiros é muito importante, porque pode atrair ou inibir o interesse do cliente”. Isso quer dizer que, nesta fase, as valências profissionais do funcionário bancário devem incidir no melhor esclarecimento possível para que o cliente faça a opção certa.

Segundo o BNA, presentemente, os clientes da *Bankita* dividem-se nas seguintes categorias de atividade profissional: i) domésticas, ii) mercado informal, iii) funcionários de micro/pequenas/médias empresas, iv) estudantes; e v) outros.

Em termos de representatividade, importa sublinhar que as categorias “outros” e “estudantes” são, segundo se pode apurar nos relatórios do BNA, as mais representadas no tocante à abertura da conta *Bankita* no período em análise. Isto demonstra que a

conta atrai o interesse da população no geral, apesar de existir discrepância na representação por género, conforme ilustra a Tabela III.

Tabela III. Representação anual por género a nível nacional

Ano	Totais homens	Totais mulheres
2011	--	--
2012	76,26%	23,74%
2013	67,78%	32,22%
2014	67,81%	32,19%
2015	68,55%	31,45%

Fonte: dados BNA – elaboração da autora

Como se pode compreender, a percentagem de mulheres com conta *Bankita* é inferior à dos homens. Este facto tem explicações diversas que assentam em fatores a que já nos referimos e que se prendem com o menor grau de escolarização e, logo, de confiança nos bancos, também com o peso tradicional da prática da *Kixikila* e, segundo Frias (2006) ainda com a falta de tempo das mulheres, uma vez que apesar de venderem nos mercados informais continuam a assumir as responsabilidades domésticas e familiares que lhes são tradicionalmente atribuídas.

A avaliação da experiência da conta *Bankita*, enquanto instrumento financeiro para promover os serviços bancários e no âmbito do programa de educação financeira, sugere que a mesma tem sido bem acolhida em Luanda, por parte dos agentes económicos no mercado financeiro. Isto pode ser confirmado pelo aumento do número de contas ao longo dos anos, como mostra a Tabela IV.

Tabela IV - Evolução das contas *Bankita* em Angola

Ano	Número de contas abertas	Atribuição de Multibanco	Estrutura Etária	Contribuição para taxa de bancarização	Taxa total de bancarização no país	Percentagem em Luanda
2011
2012	170.450	88.196	18-34	20,61
2013	202.942	112.038	18-34	4,01%	56,20%	28,89
2014	277.587	157.388	18-34	4,55%	50,98%	24,62
2015	361.464	181.151	18-34	4,89%	52,79%	34,28

Fonte: dados do BNA – elaboração da autora

Estes dados revelam o interesse deste produto financeiro que pode ser justificado, por um lado, pelo reduzido montante requerido para abertura da conta, por outro lado, pela simplificação dos procedimentos burocráticos, uma vez que require para a sua abertura apenas uma identificação válida.

Com base na evolução da conta *Bankita* por províncias (anexo V deste trabalho), compreende-se que, por todo o país, esta iniciativa contribuiu para fortalecer o sistema financeiro e dinamizou o envolvimento dos bancos comerciais nesse objetivo, assim como para prestação de serviço ao cliente singular.

Importa, contudo, voltar à questão da adesão das mulheres a esta conta.

Na verdade, os dados do período em análise indicam que houve evolução de adesão ao produto, mas demonstraram menor adesão das mulheres por relação aos homens. Tentámos encontrar melhor informação para este facto por meio de pesquisa empírica, entrevistando mulheres detentoras da conta *Bankita*, de mulheres sem conta *Bankita*, bem como de funcionários de bancos que comercializam o produto.

Os resultados se apresentarão no capítulo subsequente.

Capítulo III - Contextualização metodológica e estudo empírico

3.1 As escolhas metodológicas

Dada a insuficiência de informação nos relatórios sobre a evolução das contas *Bankita*, assim como das características das mulheres que aderiram à conta *Bankita*, considerámos oportuno realizar uma pesquisa no terreno a fim de complementar dados (Ludin, 2016). O nosso interesse foi o de conhecer a ação dos bancos relativamente ao produto *Bankita* e a reação ao produto, por parte das mulheres que dele podem beneficiar ou já beneficiam.

Para a recolha de dados, optou-se pelo recurso a conversas informais e à realização de entrevistas semiestruturadas, a fim de se perceber como as pessoas reagem à conta *Bankita*. Os nossos informantes foram: i) mulheres titulares da conta *Bankita*; ii) mulheres que não têm essa conta; e iii) funcionários dos bancos que lidam com a conta.

Optámos pela entrevista semiestruturada porque é uma entrevista flexível, ou seja, implica a construção prévia de um guião, mas também permite se necessário, a alteração da ordem das perguntas e ainda incluir eventuais questões que entretanto surjam, e se mostrem úteis. Esta entrevista permite, assim, um bom controlo do inquérito, ou seja, que não nos afastemos do nosso objetivo, mas que nos adequemos ao discurso e mesmo às dificuldades do discurso dos interlocutores (Baptista, 2011).

Segundo Baptista (2011:72), “(...) estudar toda a população é impraticável, na maior parte dos casos, por motivos de distância, custo, tempo, logística, entre outros”. Isto justifica a utilização de uma amostra.

Para este estudo, definimos três tipos de público-alvo: os colaboradores de bancos, as detentoras de conta *Bankita* e de mulheres sem conta *Bankita*. Um universo lato e disperso, impossível de inquirir no seu todo.

Optámos, pois, por utilizar uma amostra em bola de neve que implica que se identifique os primeiros entrevistados e que se lhes solicite após a entrevista que nos indicassem outros informantes dentro da sua rede de conhecimentos. Pretendeu-se,

como já referido, avaliar a percepção e a sensibilidade que os três grupos têm sobre a conta em estudo.

Pretendeu-se avaliar também se o colaborador bancário desempenha um papel pedagógico no ato de atendimento aos clientes à medida que estes contactam o banco.

Na prática, procurou-se aferir se o colaborador, no âmbito das suas funções, tinha consciência da importância de atender bem, uma vez que esse facto pode determinar: i) a adesão ou não do cliente; ii) o reconhecimento por parte das pessoas do bom desempenho do banco onde presta serviço; iii) contribuir a médio-longo prazo para a educação, empoderamento e desenvolvimento das mulheres que aderem à conta.

Apresentar o produto como atrativo pode aliciar um número significativo de clientes, esperando-se que, com a utilização continuada da conta e a prática na sua utilização, estes possam ganhar maior agilidade e desempenho na sua utilização, facto que acabará por determinar uma melhor educação financeira e mais empoderamento.

Durante a pesquisa, a consulta dos relatórios de estabilidade financeira do BNA (2012-2015) deu-nos a conhecer que o maior número de aderentes à conta *Bankita* estava identificado nas categorias “estudantes” e “outros”. Uma análise mais precisa, permitiu-nos compreender que a maioria das mulheres com conta *Bankita* são estudantes.

Perante este facto, considerámos contactar estudantes diretamente nas escolas. Conseguimos realizar as entrevistas em 2 escolas de ensino superior, uma privada e outra pública.

Porque falar de dinheiro não se mostrou fácil, para a maioria das pessoas que conseguimos abordar, realizamos nestas instituições apenas um total de 9 entrevistas (todas mulheres com conta *Bankita*).

Ainda assim, a partir das respostas obtidas, foi possível compreender que muitas estudantes optam pela conta *Bankita* com o objetivo de pagar as propinas por via bancária. Esta possibilidade foi assim considerada muito favorável, mas sobretudo muito prática para este grupo.

Foram também entrevistadas 10 mulheres vendedeiras no mercado informal que não dispunham de conta *Bankita*. Procurou-se avaliar o nível de conhecimento e de educação que lhes permite entender sobre a conta *Bankita*. Procurou-se perceber também se a informação pode levá-las à decisão de aderir e, deste modo, mudar os seus conhecimentos sobre a melhor forma de gestão do dinheiro que ganham na atividade que desenvolvem. Entrevistámos também 10 funcionários bancários.

3.2. O que nos dizem os dados

Antes de avançarmos, importa salientar que, dada a dimensão desta amostra, os resultados da pesquisa devem ser tomados apenas como um humilde contributo para o estudo destas matérias.

Começamos por apresentar uma tabela com informação de teor sociodemográfico sobre os entrevistados, com vista a uma melhor apresentação do grupo de entrevistados, para passarmos depois à análise dos dados.

Tabela V – Breve caracterização da amostra de entrevistados e entrevistadas

Entrevistados	Homens	Mulheres	Idades	Estado Civil	Escolaridade	Ocupação
Mulheres com conta bankita	...	9	26 a 45 anos	Todas solteiras	3 com ensino médio, 1 com ensino secundário e 5 universitárias	2 são F. Públicas, 2 vendedeiras do mercado informal e 5 estudantes
Mulheres sem conta bankita	...	10	33 a 56 anos	2 casadas, 7 solteiras e 1 viúva	1 analfabeta, 2 com I ciclo; 7 com ensino médio	Vendedeiras do mercado informal
Funcionários do banco	5	5	32 a 41 anos	2 Soteiros e 8 casados	2 com ensino médio e 8 são licenciados	Bancários

Fonte: Elaboração da autora

Analisemos seguidamente as respostas de cada grupo relativamente às principais questões propostas, nomeadamente sobre a adesão das mulheres à conta *Bankita* e sobre as possibilidades deste produto no tocante à educação financeira e o empoderamento da mulher de baixo rendimento em Luanda.

3.2.1 O que dizem os funcionários bancários entrevistados?

A partir de dados recolhidos, soube-se que os 10 funcionários dos bancos começaram a carreira profissional no balcão. Este é um requisito que lhes dá aptidão para lidar com o atendimento ao público.

Acerca da formação para atendimento ao cliente

Nº de entrevistados	Respostas
7	Disseram sentir necessidade de mais capacitação.
3	Consideram ter recebido a formação suficiente (dada pela instituição) para fazerem um bom atendimento da <i>Bankita</i> , porque é um produto simples de informar;
1	Defende a necessidade de ações de formação, pelo facto de muita orientação ser passada de forma verbal, pelo que considera de grande risco para o cliente.

Quanto à informação sobre as características do produto

Nº de entrevistados	Respostas
10	Assumiram que passam a informação da melhor forma possível ao cliente, embora um deles tenha referido não ter conhecimento suficiente sobre a natureza da conta <i>Bankita</i> poupança.

Sobre as vantagens da conta

Nº de entrevistados	Respostas
10	São unânimes em considerar que as vantagens da conta são as condições mínimas de abertura.

Sobre as desvantagens da conta

Nº de entrevistados	Respostas
4	Sublinharam como grande desvantagem os limites da conta.

2	Admitem ser a não concessão de cartão multibanco dada a falta de bilhete de identidade.
2	Consideram ser o facto de não poderem requisitar cheques, fazer transferência ao exterior e comprar divisas.
1	Considera que a grande desvantagem é não poder fazer crédito.

A percepção sobre o valor mínimo da conta *Bankita* para o empoderamento da mulher

Nº de entrevistados	Respostas
10	Consideraram que por possibilitar a obtenção imediata do multibanco, faz com que o seu uso reduza a presença das mulheres no balcão. Os inquiridos também referem que os levantamentos no balcão superam os depósitos, porque há clientes que detêm a conta só para receber pagamentos e realizar transferências.

Sobre o interesse da manutenção da conta

Nº de entrevistados	Respostas
10	Afirmaram que a mulher detentora da conta <i>Bankita</i> mantém-se vinculada ao banco mesmo quando passa para conta convencional. Segundo os inquiridos, os principais motivos dessa fidelização devem-se ao facto de perceberem que podem ter acesso a outros serviços e assim podem conseguir realizar transações e receber pagamentos de valores acima das regras da <i>Bankita</i> . Contudo, 1 dos entrevistados acrescentou que, dada a sua experiência, considera que há clientes que acabam por desistir da conta quando sentem o peso das despesas de manutenção.

Na questão sobre a utilidade da conta pelas mulheres

Nº de entrevistados	Respostas
10	<p>Disseram que observam o uso da <i>Bankita</i>, tanto que muitas passaram para conta normal por excesso do valor estipulado à <i>Bankita</i>. Ainda segundo estes inquiridos, também há registo de transações para pagamento de serviços e outros pagamentos.</p> <p>De um modo geral, estes inquiridos demonstraram ter bons conhecimentos sobre as possibilidades e modalidades da conta <i>Bankita</i> concorrer para o empoderamento da mulher. O indicador disso é ação feita pelos bancos, que consiste em contactar o cliente, sempre que verificam movimentos superiores ao estipulado para conta <i>Bankita</i>.</p>

3.2.2 O que dizem os dados relativamente às mulheres com conta *Bankita*?

Quanto ao conhecimento da conta *Bankita*

Nº de entrevistadas	Respostas
5	Disseram ter bom conhecimento sobre a <i>Bankita</i> ;
4	Demonstraram alguma lacuna no entendimento da conta.

Quanto à justificação para a opção pela conta *Bankita*

Nº de entrevistadas	Respostas
9	Afirmaram que são: i) a falta de cartão de contribuinte para abrir uma conta normal; ii) a falta de dinheiro suficiente; iii) para receção de remessas que asseguram os estudos; iv) para fazer poupanças para educação dos filhos; v) receber salários; vi) e para o acesso a crédito.

Quanto ao tempo da posse da conta.

Nº de entrevistadas	Respostas
9	Das respostas dadas, varia desde 1 mês a 8 anos, sendo que 1 das entrevistadas tem a conta desde 2011, ano em que foi lançada pelo BNA.

Relativamente à questão sobre a necessidade de guardar o dinheiro com mais segurança.

Nº de entrevistadas	Respostas
9	Admitiram sentir essa necessidade. 1 referiu ter uma conta “normal” num banco, e ter também uma conta <i>Bankita</i> noutro, que abriu para receber um pagamento pontual. 1 abriu a conta em pleno mercado, usufruindo da campanha de um dos bancos, que comercializa a <i>Bankita</i> . Há o caso de 1 mulher que tem uma conta onde faz alguma poupança, mas mantém a <i>Bankita</i> para receber o ordenado.

A questão sobre por que via conheceram a existência da conta *Bankita*

Nº de entrevistadas	Respostas
5	Dizem que tiveram conhecimento pela televisão
3	Na agência do banco
1	Por intermédio de um familiar.

Quanto à disponibilidade dos funcionários em atender

Nº de entrevistadas	Respostas
7	Dizem ter recebido boa atenção e esclarecimento
2	Consideraram não terem recebido informação adequada sobre a conta.

Quanto à evolução pelo uso da conta

Nº de entrevistadas	Respostas
5	Disseram que o volume de transações realizadas a partir da conta aumentou e tornou-se facilitada;
3	Afirmaram que não fazem uso da conta
1	Diz que o negócio cresceu, porque através da <i>Bankita</i> teve acesso a crédito, o que lhe possibilitou aumentar os produtos de venda no mercado informal.

3.2.3 E o que dizem as mulheres sem conta *Bankita* ?

Quanto a atividade que desenvolvem.

Nº de entrevistadas	Respostas
10	Disseram que trabalham no mercado informal, sem grandes perspectivas de continuar os estudos,

Quanto a guarda do dinheiro do negócio.

Nº de entrevistadas	Respostas
10	Disseram que o rendimento que daí advém é guardado em casa. Afirmaram aplicar no esquema de <i>Kixikila</i> do qual disseram ter confiança e bons retornos.

Quanto a necessidade de guardar o dinheiro com mais segurança.

Nº de entrevistadas	Respostas
10	Disseram ter consciência de que guardar o dinheiro no banco é mais seguro, no entanto, fatores como a necessidade de comprar negócio logo no dia seguinte, leva à preferência por jogar <i>Kixikila</i> uma forma de poupança mais fácil e que

	permite mais rapidez para eventual concessão de empréstimo. A distância e as enchentes nos bancos, constituem para estas inquiridas um dos principais embaraços para ter conta bancária.
--	--

Relativamente ao conhecimento da conta.

Nº de entrevistadas	Respostas
8	Disseram que já ouviram falar, a partir da rádio e televisão, mesmo através de funcionários de bancos quando se fazem campanhas nos mercados, porém, dizem saber pouco sobre a mesma.
2	Afirmaram nunca terem ouvido falar sobre a <i>Bankita</i> .

Sobre a quantia mínima necessária para abertura da conta.

Nº de entrevistadas	Respostas
2	Dizem ter conhecimento sobre a quantia dos 100.00 Akz. (0,28 euros)
8	Afirmaram não ter essa informação, mostrando-se surpreendidas com o valor necessário.

3.3 Breve discussão dos resultados

O Banco Mundial considera que a falta de dinheiro é um dos motivos alegados pelos pobres para não terem conta bancária. Porém, a conta *Bankita* auxilia essa insuficiência por poder ser constituída com um montante muito baixo. No terreno, verificou-se que as mulheres entrevistadas mostraram capacidade financeira de abrir a conta com Akz. 100.00 (0,28 €), ou seja, o montante necessário para abrir uma conta *Bankita* é tão baixo que está ao alcance mesmo das vendedeiras do mercado mais pobres. Facto que nos leva a acreditar que haverá melhores resultados no que concerne à adesão à conta se se investir mais na divulgação da mesma. Para mais, mostra que a

Bankita funciona como alternativa, logo, atende a visão da capacidade de liberdade de escolhas disponíveis para as pessoas proposta, por exemplo, pela ONU (ONU, 1990).

Os dados da pesquisa revelam que a mulher usa a conta *Bankita* de forma ajustada às suas necessidades imediatas, o que pode indicar ser ainda fraco o alcance da conta enquanto produto financeiro. Ou seja, há ainda pouco conhecimento sobre as possibilidades da conta.

Por outro lado, a utilização do multibanco pode ser considerada sinónimo de empoderamento, uma vez que o multibanco em Luanda tem ajudado nas transações de pagamentos a serviços. Ajuda também a evitar assaltos, quer na via pública, quer nos bairros onde vive a população de baixa renda.

Segundo Oliveira (2018), 90% dos clientes bancários angolanos procuram os serviços de atendimento no balcão. Assim sendo, consideramos que a aquisição do multibanco via *Bankita*, por ser menos burocrática, pode contribuir para estimular os clientes a aderir à conta. O nosso estudo também dá boa nota ao número significativo de usuários deste instrumento, embora ainda haja lacuna sobre educação financeira no que concerne a manipulação correta pela população menos instruída.

A passagem de conta *Bankita* para conta normal, quando ultrapassa o valor estipulado, é um indicador que pode representar empoderamento, na medida em que se admite atualmente que ter uma conta bancária é um requisito primordial para inclusão financeira dos pobres (Sen & De, 2018). Nessa condição, para mulheres que não tinham uma conta bancária, a *Bankita* serviu de ponta de lança, porque permitiu a mudança na forma de gerir as contas e o dinheiro, e assim inseriu muitos clientes no sistema bancário. Também criou oportunidade nalguns casos para a passagem para uma condição com privilégio de acesso a serviços alargados, aspetos benéficos e normais a qualquer cliente bancário. Mas a passagem da conta *Bankita* à conta normal, quando ultrapassa o valor contratado, não se oferece suficiente para considerar que o cliente deixou de ser de baixa renda, logo, entendemos um ato contra o objetivo do lançamento da conta *Bankita* destinada aos pobres.

Verificou-se alguma racionalidade na gestão da conta pelas estudantes no sentido de se manterem nos parâmetros da *Bankita*. Isto demonstra que o poder

aquisitivo de alguns clientes ainda não é suficiente para a transição à conta normal. Também fere a conceção das N.U, porque se não há poder aquisitivo que pressupõe um conjunto de condições, incluindo emprego, que permitam dinamizar a manutenção da conta pós-*Bankita*, não se pode considerar empoderamento na íntegra (ONU, 1995). No entanto, demonstra alguma educação financeira, na medida em que este público consegue manipular a conta a seu favor.

Todavia, como nem todos os clientes *Bankita* revelaram ser de baixa renda, mas sim de média renda, pode-se considerar empoderamento, pois, por intermédio desta conta, fidelizam-se com o banco ao passar para conta convencional, o que reforça o efeito *win-win* defendido por Sebstad e Cohen (2003).

Quanto às mulheres sem conta *Bankita*, apesar da falta de melhor conhecimento sobre a conta, há outro aspeto a considerar, que tem que ver com os efeitos inesperados na implementação da educação financeira, concernente às limitações em termos de decisão e todo o conjunto de barreiras que este grupo-alvo apresenta (Roger et al. 2008).

O baixo nível de escolaridade ainda existente no seio da população pobre atribui uma nota menos significativa na contribuição da *Bankita* ao empoderamento da mulher, dado confirmado nas entrevistas feitas às mulheres sem conta *Bankita*. A situação diverge do ponto de vista de McMahon (2002), articulado ao entendimento do Banco Mundial (1998), em que a falta de educação é posta em causa, inibindo a capacidade de entendimento, bem como a inserção em massa da mulher no circuito bancário.

Embora as entrevistas às estudantes tenham demonstrado haver um certo grau de capacidade para entender o produto, essa alusão leva-nos a considerar que, pelo facto de terem optado pela conta *Bankita* de modo voluntário, e se submeterem às condições a ela inerentes, espelha a ausência de estratégias direcionadas, que deviam ser adotadas e implementadas para captar o público estudantil de forma especial e mais alargada, para ir ao encontro do argumento de Hedivcakova (2017), ao considerar este segmento importante para os bancos enquanto potenciais empregados de médio e alto rendimento do futuro.

Considerações finais

Ter uma conta bancária considera-se o primeiro requisito para que possa haver inclusão financeira. Assim, em resposta à questão de partida, consideramos que a conta *Bankita* pode representar um contributo para o empoderamento da mulher de baixa renda, na medida em que, como foi possível aferir a partir dos dados da pesquisa, há interesse pela conta. Contudo, no caso em estudo, a contribuição não atende à definição da educação financeira da OCDE no seu todo, confinando-se à comercialização do produto, sem por intermédio dela se desenvolver ações de maior relevo para atingir de facto as mulheres desfavorecidas, pelo que importa a expansão de novas iniciativas apostadas em melhorar a comunicação/informação a fim de se angariarem mais clientes para a conta.

A conta *Bankita* propõe vantagens importantes: baixo valor no ato de abertura e a atribuição de um cartão multibanco contribui para o empoderamento da mulher de baixa renda, pois facilita e agiliza as transações económicas, concretamente o pagamento de bens e serviços, sendo também considerado muito seguro. Permite também às famílias defenderem-se de situações de assaltos, dado que a maioria da população desfavorecida reside na periferia (bairros), onde a delinquência é elevada (Pimenta, 2010).

Importará aperfeiçoar a atuação dos funcionários bancários, que a informação clara e completa incentiva a adesão à conta, seguindo-se a ideia de Banerjee e Duflo (2008), de que a abertura da conta, rompe com o costume de guardar o dinheiro em casa e promove a oportunidade de se iniciar a educação e o empoderamento.

Acresce a abertura de caminho para que a mulher seja detentora de uma conta convencional e pessoal, facto não negligenciável, constituindo-se até numa grande contribuição, uma vez que insere muita população pobre no sistema bancário de forma efetiva, com a perspectiva de, a médio e longo prazos, poder ter acesso a outros serviços que alargam o empoderamento, como por exemplo a obtenção de crédito.

Posto isto, pode considerar-se a conta *Bankita* um instrumento que contribui para educação e empoderamento da mulher. No nosso entender, apesar de ser um projeto

novo, carece no entanto, de melhor exploração para que a população alvo se possa rever na estratégia de inclusão financeira.

Em investigação futura, poderá considerar-se pertinente dar continuidade a este estudo e torná-lo mais abrangente.

Importa, antes de concluir, referir também algumas limitações identificadas durante a pesquisa no terreno, e que se prendem com algumas barreiras no que toca à recolha e análise da informação, entre as quais o facto de os dados estatísticos em Angola não serem facilmente acessíveis, sistemáticos e atualizados, sendo por exemplo as estatísticas sobre mulheres detentoras da conta *Bankita* desagregadas por províncias, e não havendo informação atualizada sobre o número de desistência da conta por género.

Também, ao longo das entrevistas com os funcionários dos bancos, deparamo-nos com disponibilidade limitada para a sua realização, sendo que todas ocorreram no momento do primeiro contato e no ambiente de serviço, em simultâneo com o atendimento ao público, implicando várias interrupções.

Há sempre um conjunto de circunstâncias que importa superar para a realização de pesquisas. Consideramos, contudo, que, apesar dos constrangimentos referidos e de outros que sempre se oferecem, conseguimos deixar aqui um pequeno contributo para um estudo sobre estas matérias.

Bibliografia

- AU (African Union) (2015). *Agenda 2063: The Africa we want*, Addis Ababa, Ethiopia.
- Banerjee, A. & Duflo, E. (2008). The economic lives of the poor. In: Secondi, G. (ed.). (2008). *The development economics reader*. London/New York: Routledge, 146-171.
- Baptista, S. (2011). *Como fazer Investigação, Dissertações Teses e Relatórios*. Edições de Ciências Sociais, Forenses e da Educação, ISBN: 978-989-693-001-1.
- Blackden, M. et al. (2007). Gender and Growth in Sub Saharan Africa: Issues and evidence. In: Mavrotas, G. & Shorrocks, A. (ed.) (2007). *Advancing Development: Core Theme in Global Economics*. New York: Palgrave Macmillan, 340-370.
- Cordeiro, A. (2018). *Direito Bancário*. Edições Almedina, Coimbra. Grupo Almedina. ISBN 978-972-40-6793-3.
- Cornwall & Brock. (2005). What do Buzzwords do for Development Policy? A critical look at participation, empowerment and poverty reduction. *Third World Quarterly*, Vol. 26, No 7, pp. 1043-1060.
- Danns, D. & Danns, G. (2017). The creation of financial literacy programs in small developing countries: an institutional model approach. *Jornal of International Business disciplines*, 12,2, pp. 16-37, Business Source Complete, EBSCOhost, viewed 24 may 2018.
- Ducados & Ferreira (1998). *O Financiamento Informal e as Estratégias de Sobrevivência Económica das Mulheres em Angola: a kixikila no Município do Zambizanga (Luanda)*. ISEG-CESA, Documentos de Trabalho n.º 53.
- Estêvão, João (2004). *Desenvolvimento Económico e Mudança Institucional: O Papel do Estado*. Working Paper WP08/2004/DE/CESA, Departamento de Economia, ISEG.
- Ewerling, F., Lynch, J., Victora, C., Eerdewijk, A., Tyszler, M., & Barros, A. (2017). The SWPER index for women's empowerment in Africa: Development and validation of an

index based on survey data, the lancet global health, 5, pp. e916 – e923, Science Direct, EBSCOhost, viewed 16 July 2018.

Feitio, M. (2017). Banca Comercial e Desenvolvimento Económico: O Crédito a Economia Angolana (2002 a 2015). Dissertação de Mestrado, Universidade de Lisboa. Instituto Superior de Economia e Gestão.

Ferreira, M. E. (2005). Development and the Peace Dividend Insecurity Paradox in Angola. *European Journal of Development Research*, vol. 17, n.º 3, September, pp. 509-524.

Fosu, K. & Ogunleye K. (2015). African Growth Strategies: The past, present and future. In: Célestin M. & Justin Yifu Lin (ed.). *The Oxford Handbook of Africa and Economics: vol. 2, Policies and Practices*. Oxford University Press, pp.21.

Frias, S. (2006). Mulheres na esteira, homens na cadeira – Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas. ISBN – 972-8726-81-3.

Friedman, J. (1996). Empoderamento: Uma política de desenvolvimento alternativo. Oeiras: Celta Editora, Cap 6: Género e sustentabilidade”, pp. 115-128.

Hedivcakova, M. (2017). Key Study of bank accounts for young people with using multi-criteria optimization and fuzzy analysis. *Applied Economics*, 49 (36), pp. 3599-3610. Doi: 10.1080/00036846.2016.1265073.

Instituto Nacional de Estatística. (2016). Resultados definitivos do recenseamento geral da população e habitação – 2014, p. 1-213.

IPAD – Portuguese Institute for Development Assistance. (2008). Indicative Cooperation Programme: Portugal-Angola (2007-2010). Tagus Gráfica. ISBN: 978-972-8975-11-1.

Lavanya K. (2017). Financial Inclusion Vs. Financial Exclusion: An overview. *Clear International Journal of Research in Commerce & Management*, 8 (8), pp. 80.81

Ludin, I. (2016). Metodologia de Pesquisa em Ciências Sociais. Escolar Editora, editores e livreiros, Lda. ISBN: 978-989-670-076-8.

- Madaleno, M. et al. (2019). *Princípios de Finanças – Instrumentos Financeiros: teoria e prática*. Edições Silabo, Lda. Editor Manuel Robalo. ISBN: 978-972-618-749-3.
- Maria, A. (2015). *Angola – Contributos à Reflexão*. Edições Colibri. ISBN 9789896894719.
- McMahon, W. (2002). *Education and Development: Measuring the Social Benefits*. Oxford University Press.
- Nepomuceno, V. (2008). Atitudes ante produtos bancários: a visão dos funcionários. *RAM – Revista de Administração Mackenzie*, (7), p. 41, DOI: 10.1590/S1678-69712008000700003.
- Ocampo, J. A. (2010). Rethinking Global Economic and Social Governance. *Journal of Globalization and Development*, vol. 1, pp. 0-27.
- Oliveira, F. (2018). Os Clientes e a Banca Angolana. *Revista Exame Angola*, vol. 94/95, pp. 1-66.
- Pimenta, M. (2010). *Quem produz delinquentes – Modelos de delinquência*. Edição calçada das letras. ISBN 978-989-8352-03-3.
- Pison, G. (2015). The Population of the World (2015). *Population & Societies*, INED, nº 525, September 2015.
- Queralt, J., FU, J. & Romano, M. (2017). Financial Inclusion and the 2030 Agenda for Sustainable Development: a missed opportunity. *Enterprise Development & Microfinance*, 28 (3), pp. 200-211. DOI: 10.3362/1755-1986.16-00037.
- Roque, F. (1997). *Building the Future in Angola: A vision for Sustainable Development*. Celta Editora. ISBN 972-8027-77-X.
- Savoia, J. et al. (2007). Paradigmas da Educação Financeira no Brasil. *Revista de Administração Pública*, 41(6): 1121-1141.
- Sen, A. (2008). Women's Agency and Social Change. In: Secondi, G. (ed.). (2008). *The development economics reader*. London/ New York: Routledge, 184-199.

- Sen, Amartya (2009). A Ideia de Justiça. Edições Almedina. SA, ISBN: 978-972-40-4324-1
- Sen, G. & De, S. (2018). How Much Does Having a Bank Account Help the Poor?, *Journal of Development Studies*. 54(9), pp. 1551–1571. DOI: 10.1080/00220388.2017.1355455.
- Serrano e Neto. (2018). Inovação emprego e políticas públicas. Edições Silabo, Lda. Editor: Manuel Robalo.
- Stiglitz, Joseph (2013). O preço da Desigualdade. Bertrand Editora, Lda, Lisboa, ISBN: 978-972-25-2558-9
- Trindade, Augusto (2006). Desenvolvimento Económico, Integração Regional e Ajuda Externa em Africa. Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, ISBN: 978-972-8726-76-8
- Vasconcelos, M. (2018). Direito Bancário. Edições Almedina, Coimbra. Grupo Almedina. ISBN 978-972-40-7098-8.
- Wachira, M. & Kihui, E. (2012). Impact of financial literacy on access to financial services in Kenya. *International Journal of Business and Social Science*, vol. 3 (19) 42-50.
- Yunus, M. (1999). Banker to the Poor: Micro-Lending and the battle against World Poverty (1st ed.) New York, NY: Public Affairs.

Webgrafia

- Actividades de Campanha. Disponível em: <http://www.provedoriadoclientebancario.bna.ao>
Acesso a 12.03.19.
- Alliance for Financial Inclusion (AFI). (2012). Commitments you can bank on the 2012 Maya Declaration Progress Report. Disponível em: https://www.afi-global.org/sites/default/files/publications/afi_maya_progress_report_en21.pdf Acesso a 30.09.18

Alliance for Financial Inclusion (AFI). (2015). Making financial services more accessible to the world's unbanked". Disponível em: <https://www.afi-global.org/sites/default/files/publications/2016-07/2015%20AFI%20Annual%20Report.pdf> Acesso a 10.03.2019.

Banco Nacional de Angola. (2012). Relatório de Estabilidade Financeira. Disponível em: <http://www.bna.ao/uploads/%7Bae258f2c-376f-46a1-bc24-ad713577d9a4%7D.pdf> Acesso a 25.09.18.

Banco Nacional de Angola. (2017). Relatório de Estabilidade Financeira. Disponível em: <http://www.bna.ao/uploads/%7B9776e1e6-cf3c-46da-a18c-36a80d608222%7D.pdf> . Acesso a 25.09.18.

Banco Nacional de Angola. (2018). Relatório de Estabilidade Financeira. Disponível em: <http://www.bna.ao/uploads/%7B246a4687-724a-4e61-b63d-1f5b99ce609a%7D.pdf> Acesso a 28.04.19

BNA e Ministério da Educação ensinam estudantes a poupar e a gerir dinheiro. Disponível em: <http://expansao.co.ao/artigo/58578/bna-e-ministerio-da-educacao-ensinam-estudantes-a-poupar-e-a-gerir-dinheiro> acesso a 28.10.18

Center for Financial Inclusion (CFI). Study case - Setting an agenda for global financial inclusion. Disponível em: <https://www.centerforfinancialinclusion.org/about/mission/> acesso a 18.03.19.

Conta Bankita. Disponível em: <https://www.bfa.ao/Conteudos/Artigos/detalhe.aspx?sidc=2649&idc=2668&idsc=2674&idl=1&idi=2967> Acesso a 10.10.18.

Convention on the elimination of all forms of discrimination against women. Disponível em: www.un.org/womenwatch/daw/cedaw/ Acesso a 26.09.18.

Educação Financeira beneficia 300 mil. Disponível em: http://jornaldeangola.sapo.ao/economia/educacao_financeira_beneficia_300_mil Acesso a 25.09.18.

ENE. (2016). Resultado do Censo, 2014. Disponível em: http://www.embajadadeangola.com/pdf/Publicacao%20Resultados%20Definitivos%20Censo%20Geral%202014_Versao%2022032016_DEFINITIVA%2018H17.pdf Acesso a 07.10.18.

Ferreira & Oliveira. (2018). The Political Economy of banking in Angola. African Affairs pp. 1-26. Disponível em: <https://academic.oup.com/afraf/advance-article-abstract/doi/10.1093/afraf/ady029/5054659> Acesso 24.09.18

Financial Inclusion. Disponível em: www.worldbank.org/en/topic/financialinclusion/overview. Acesso em 20.09.18.

Garcia, M. et al. (2014). Financial education and inclusion in Latin America and the Caribbean: programs of central banks and financial superintendecies. Colombia: Center for Latin America Monetary Studies, 1-124. Disponível em: <http://www.cemla.org/PDF/otros/2014-10-Financial-Education-Inclusion-LAC.pdf> Acesso a 02.10.18.

Human Development Report. (1990). pp. 1-141. Disponível em: http://www.hdr.undp.org/sites/default/files/reports/219/hdr_1990_en_complete_nostats.pdf Acesso a 02.06.19.

Human Development Report. (1995). Gender and Human Development. pp.1-164. Disponível em: http://hdr.undp.org/sites/default/files/reports/256/hdr_1995_en_complete_nostats.pdf acesso a 20.09.18.

Human Development Report. (1997). Human development to Erradicate Poverty. UNDP, New York Oxford University Press. Disponível em: http://hdr.undp.org/sites/default/files/reports/258/hdr_1997_en_complete_nostats.pdf. Acesso a 24.09.2018.

Human Development Report. (2011). Sustainability and Equity. pp. 1-185. Disponível em: http://hdr.undp.org/sites/default/files/reports/271/hdr_2011_en_complete.pdf Acesso a 09.10.18.

Human Development Report. (2015). Work for Human Development. pp.1-288. Disponível em: http://hdr.undp.org/sites/default/files/2015_human_development_report_0.pdf Acesso a 09.10.18.

Human Development Report. (2016). Human Development for Everyone. pp. 1-286. Disponível em: http://hdr.undp.org/sites/default/files/2016_human_development_report.pdf Acesso a 06.03.19.

Institutions. Disponível em: http://kysq.org/docs/North_91_Institutions.pdf Acesso a 20.10.18.

Lei de Base das Instituições Financeiras nº 12/15. Disponível em: <http://www.bna.ao/uploads/%7B77f914d5-3922-4dd4-9909-14ecd1c3e335%7D.pdf> . Acesso a 19.10.18.

OCDE. (2005). Improving Financial Literacy: Analysis of issue and policies. Paris, France: OECD Publishing. Disponível em: https://read.oecd-ilibrary.org/finance-and-investment/improving-financial-literacy_9789264012578-en#page3 Acesso a 15.11.18.

OCDE. (2013). Financial Education for Women: Challenges and Lessons learnt. In: women and financial education: evidence, policy responses and guidance. OECD publishing. Disponível em: https://read.oecd-ilibrary.org/finance-and-investment/women-and-financial-education/financial-education-for-women-challenges-and-lessons-learnt_9789264202733-8-en#page1 Acesso a 17.11.18.

Organisation for Economic Cooperation and Development. (2013). Advancing National Strategies for Financial Education – A joint publication by Russia's G20 Presidency and the OECD. Disponível em: http://www.oecd.org/finance/financial-education/G20_OECD_NSFinancialEducation.pdf Acesso a 24.09.18.

Plano Nacional de Desenvolvimento de Angola. (2013-2017). Disponível em: [file:///C:/Users/User/Downloads/PND\(1\)%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/User/Downloads/PND(1)%20(1).pdf) Acesso a 02.06.19.

Princípios de empoderamento da mulher. Disponível em: www.onumulheres.org.br/referencias/principios-de-empoderamento-das-mulheres/

Acesso a 26.09.18.

OECD. (2006). Improving Financial Literacy: Analysis of Issues and policies. Financial Market Trends, Vol. 2005/2. Disponível em: https://read.oecd-ilibrary.org/finance-and-investment/improving-financial-literacy_fmt-v2005-art11-en
[Acesso a 30.09.18.](#)

Rogers, et al. (2008). Efeito educação financeira no processo de tomada de decisões em investimentos: Um estudo a luz das finanças comportamentais. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/281901689_Efeito_educacao_financeira_no_processo_de_tomada_de_decisoes_em_investimentos_Um_estudo_a_luz_das_financeas_comportamentais Acesso a 05.11.18.

Sebstad, J. & Cohen, M. (2003). Financial education for the poor. Financial literacy project, working paper number 1. Washington DC: Microfinance Opportunities, 1-17. Disponível em: <https://www.microfinancegateway.org/sites/default/files/mfg-en-paper-financial-education-for-the-poor-2003.pdf> Acesso a 02.10.18.

Selvakumar, M. et al. (2018). Role of Commercial Banks in Financial Literacy, *Productivity*, 59(2), pp. 186–197. Disponível em: <http://widgets.ebscohost.com/> Acesso em 09.03.2019.

Southern African Development Community (SADC). Disponível em: <https://www.sadc.int/issues/gender/women-economic-empowerment-programme/> acesso a 18.05.19.

UFA 2020 overview: Universal Financial Access by 2020. Disponível em: <http://www.worldbank.org/en/topic/financialinclusion/brief/achieving-universal-financial-access-by-2020> . Acesso a 11.03.2019.

Women Economic Programme. Disponível em: <https://www.sadc.int/issues/gender/women-economic-empowerment-programme/> Acesso a 18.05.19.

Klugman, Jeni; Hanmer, Lucia; Twigg, Sarah; Hasan, Tazeen; McCleary-Sills, Jennifer; Santamaria, Julieth. 2014. Voice and Agency : Empowering Women and Girls for Shared Prosperity. Washington, DC: World Bank Group. © World Bank.

<https://openknowledge.worldbank.org/handle/10986/19036> License: CC BY 3.0 IGO.”
Disponível em: <https://openknowledge.worldbank.org/handle/10986/19036> acesso a [21.09.18](#).

World Bank. (1998). World Development Report 1998/1999: Knowledge for Development.
Disponível em: <https://openknowledge.worldbank.org/bitstream/handle/10986/5981>
[Acesso a 27.10.18](#)

Anexos

Anexo I – Guião da Entrevista dos colaboradores de instituições bancárias

Pergunta 1 – Qual é o seu nível de escolaridade? Têm alguma formação para atendimento ao cliente, particularmente à *Bankita*?

Pergunta 2 - A informação que transmite aos clientes sobre à *Bankita* é objetiva e clara?

Pergunta 3 - Quais são as vantagens e a desvantagens da conta *Bankita*?

Pergunta 4 – Na sua opinião o valor mínimo da conta *Bankita* pode empoderar as mulheres?

Pergunta 5 – Nota algum interesse por parte das mulheres, em manter a conta quando passa para conta convencional?

Pergunta 6 - Do seu ponto de vista, a mulher consegue dar utilidade à conta *Bankita*?

Anexo II - Guião da Entrevista – Mulheres com conta *Bankita* em Luanda

Pergunta 1 - Qual é o seu nível de escolaridade?

Pergunta 2 - Porquê que optou por ter uma conta *Bankita*?

Pergunta 3 - A quanto tempo tem a conta *Bankita*?

Pergunta 4 - Já sentiu a necessidade de guardar o dinheiro com mais segurança?

Pergunta 5 – Como tomou conhecimento da conta *Bankita*?

Pergunta 6 – Os funcionários são sempre disponíveis a atender e a prestar esclarecimento de apoio que solicita no balcão?

Pergunta 7 – Qual é a evolução que sente pelo uso da conta *Bankita*?

Anexo III – Guião da Entrevista – Mulheres sem conta *Bankita* em Luanda

Pergunta 1 – Qual é a sua ocupação?

Pergunta 2 – Como guarda o dinheiro do seu negócio no mercado?

Pergunta 3 – Já sentiu a necessidade de guardar o dinheiro do negócio com mais segurança?

Pergunta 4 – Alguma vez ouviu falar de uma conta bancária chamada *Bankita*?

Pergunta 5 – Sabe a quantia mínima necessária para abertura da conta?

Anexo IV - Breve perspectiva das Instituições Internacionais sobre a Educação Financeira nos PMD

Instituição	Achados	Visão	Ação
Banco Mundial	Lacunas sobre a inclusão financeira e a existência de 2 dois milhões de adultos sem acesso a serviços financeiros formais.	Todos devem ter uma conta de transação em uma instituição financeira formal	em 2013 Lançou o Projeto <i>Universal Financial Access 2020 Initiative</i>
AFI	85% dos sem conta bancária no mundo vive nos países membros da instituição	Tornar o serviços financeiros mais acessíveis às pessoas sem conta bancária	Capacitar os formuladores de políticas a aumentar acesso a serviços de qualidade para as populações mais pobres
OCDE	A maioria da população no mundo não possui conhecimento suficiente para entender os produtos financeiros básicos, nem os riscos a eles associados	Individuos no mundo de diferentes contextos económicos, financeiros e sociais, precisam de assumir mais responsabilidade para o seu futuro bem estar financeiro e proteção	Incentiva estratégias nacionais avançadas para educação financeira
CFI	Após ter identificado três milhões de pessoas fora do setor financeiro, em 2012 reconheceu ser possível levar o acesso a serviços financeiros em todos países do mundo, tendo com isso lançado o apelo para inclusão financeira até 2020	Perspetiva um mundo onde as pessoas tenham capacidade financeira de melhorar as suas vidas, onde ninguém é excluído do mercado e impedido de entrar porque não possui um perfil financeiro convencional	Cria comunidades de apoio e ação em torno de uma agenda progressista para a inclusão financeira global

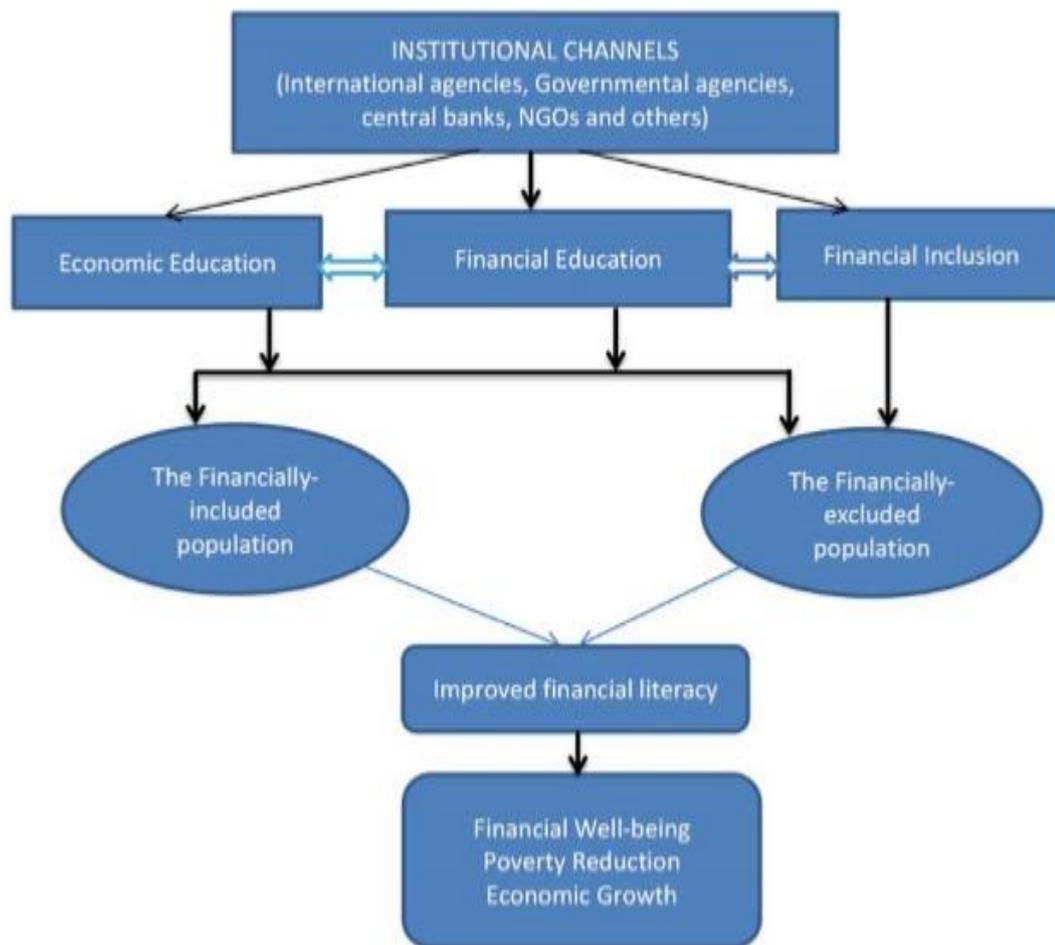
Fonte: OCDE, BM, AFI e CFI – elaboração da autora

Anexo - V - Evolução da conta *bankita* por províncias em percentagem

Províncias	Ano 2011	Ano 2012	Ano 2013	Ano 2014	Ano 2015
Kuanza - Sul	--	22,6	9,96	10,74	8,32
Luanda	--	20,6	28,89	24,62	34,28
Benguela	--	13,4	10,33	18,07	15,73
Huila	--	10,0	6,68	6,5	4,18
Kuanza - Norte	--	7,0	2,98	1,7	2,03
Namibe	--	4,0	0,9	3,69	3,25
Huambo	--	3,9	4,88	8,39	8,79
Lunda - Norte	--	3,1	1,23	1,67	4,86
Kuando-Kubango	--	2,9	1,03	2,71	1,53
Malanje	--	2,8	1,23	2,44	3,43
Zaire	--	2,5	0,61	0,79	2,8
Cabinda	--	2,3	1,84	1,25	2,14
Bengo	--	1,3	2,37	2,95	1,68
Uige	--	1,0	1,19	6,14	0,89
Bié	--	0,8	0,58	2,67	1,97
Moxico	--	0,7	1,98	0,21	0,72
Lunda-Sul	--	0,6	0,37	2,08	0,54
Cunene	--	0,4	14,52	3,38	2,84

Fonte: BNA/REF. 2012 à 2015

ANEXO VI – Modelo Institucional de Literacia Financeira nos PMD



Fonte:(Danns and Danns, 2017)